

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Níkolás Reis - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, querido amigo deputado Aldo Schneider, sras. e srs. deputados que nos honram neste momento, quero fazer um pronunciamento e quase que uma resposta referente a uma declaração infeliz do secretário de Turismo.

Mas quero aqui homenagear o vice-prefeito José Rodrigues Pereira, o Zé Branco, que nos prestigia nesta Casa e que tivemos a honra de recebê-lo em nosso gabinete.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, uma das principais prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo é de fiscalizar o Executivo. Nós, deputados, fomos

eleitos pelo povo, para realizar esse preceito. Infelizmente, alguns não entendem ou não aceitam esse processo democrático e altamente popular, de aprovação popular. Porque, nós aqui representamos a voz das ruas.

No último dia 14 de julho, sras. deputadas e srs. deputados, recebi a notícia de que o governo do estado através da secretaria de estado de Turismo suspendeu a licitação do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Na mesma hora, da tal notícia, usei a tribuna desta Casa para solicitar informações se a notícia era de fato verídica e também para fazer um apelo a esta importante secretaria, que é a secretaria de Turismo, que tem uma missão muito importante para o desenvolvimento econômico do nosso estado.

Nós temos que tomar providências de algumas coisas, porque, ao fazer o apelo à secretaria de Turismo queríamos que lá nos mostrassem que a decisão da suspensão da licitação não fosse para a esfera judicial, pois poderia atrasar a realização dessa esperada obra.

Usamos da tribuna, fizemos alguns pedidos de informação e chamamos a atenção para que a secretaria assumisse para si a decisão que fosse legalmente, mas que não deixasse a decisão ir para a esfera judicial.

Solicitei aqui respeitosamente, como os senhores podem observar a cópia do meu discurso que está na mesa de cada um dos srs. deputados. E nós queremos, depois, que este pronunciamento seja encaminhado àqueles que não tiveram oportunidade de tê-lo para que observem a cópia do discurso que solicitei à Taquigrafia desta Casa, repito, está na mesa de cada deputado, para que o secretário de Turismo de Santa Catarina tentasse resolver a questão administrativamente que nós solicitamos e confiamos no secretário à devida decisão.

Fiz este apelo em nome da região de Balneário Camboriú, e motivado por dezenas de telefonemas de empresários ligados ao setor de turismo desta região, que tem mais de 600 mil habitantes e é uma das maiores vitrines turísticas do Brasil.

Disse aqui que, através da minha assessoria tentamos, sr. presidente, insistentemente, contato com a secretaria, a fim de obter algo oficial. E disse aqui também que, infelizmente, até o momento que iniciei o meu pronunciamento, não recebi a resposta. Apesar de terem dito que me dariam.

Não deram! Mas vim aqui e fiz um pronunciamento, para não dizer de paz, quase que de colega, de um homem público que quer alertar uma secretaria para não cometer um erro. Por esse motivo, sras. deputadas, srs. deputados, solicitei ao deputado Gean Loureiro, presidente da comissão de Turismo, que convidasse o secretário para vir a esta Casa elucidar e dirimir as dúvidas em relação à famigerada licitação e início das obras do centro de convenções.

Ora, se nós tivéssemos que fazer uma convocação, a Casa teria que aprovar, e, se não viesse, seria crime de responsabilidade. Mas não, nós, educadamente, pedimos para convidá-lo, porque o respeitávamos, para não dizer que sempre o respeitamos. Mas, a partir deste momento, quero dizer que não merece mais o meu respeito, e que venha trazer as informações que a população quer ouvir.

Sr. presidente, srs. deputados, no dia seguinte ao meu pronunciamento, eu fui surpreendido pela imprensa com um ataque desmedido, sórdido e pessoal do secretário Filipe Mello. E o que mais me surpreendeu foi o secretário, srs. deputados, usar a estrutura da secretaria de Turismo do estado para lançar uma nota pessoal como se fosse oficial. Mais uma das confusões e inverdades deste secretário.

Ele deveria ter tido a mesma agilidade que usou para atacar este Parlamentar e atacar esta Casa para responder as dúvidas sobre o centro de eventos, dúvidas estas que ainda pairam no ar e permanecem sem elucidação. E olha que não debati aqui, naquela época. Ainda permanecem, apesar de ter respondido que estava tudo resolvido.

Nós aqui estamos pela vontade popular, e não por conveniência e arranjos políticos, sr.

presidente, algumas vezes arranjos estes de escolhas infelizes como esta.

Sr. secretário, antes de atacar um membro desta Casa, que tem ligação histórica com o setor do turismo de Santa Catarina e do Brasil (queira o senhor ou não) porque eu tenho história, fui três vezes prefeito da capital estadual do turismo de Santa Catarina, ajudei a criar a comissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, fui autor da criação da comissão Permanente de Turismo do Senado Federal e tive papel fundamental, preponderante, para a criação do Ministério do Turismo.

Eu, quando senador, destinei em nossas emendas recursos para o Centro de Eventos de Florianópolis e também para o Centro de Eventos de Camboriú. Abrimos uma janela para virem outros recursos. Sr. secretário, mostre serviço, haja vista o pouco, ou quase nada que até agora produziu.

Srs. deputados, se nós aqui tivermos que nos submeter às ordens de secretários, perde a Casa Legislativa, Câmaras Estaduais, Câmaras Municipais e o Senado Federal. Todos perdem o objetivo, que é defender a população brasileira. Como pode uma pessoa nomeada, que até nem sei o porquê, pois nem sei de nenhum fato que o possa colocar como um homem que entenda de turismo, fazer o que está fazendo? Algumas vezes aqui elogiei o secretário, porque vi alguns panfletos divulgando o turismo religioso. Secretário seja um secretário de Turismo de um estado que foi sete vezes escolhido como sendo o melhor destino do Brasil e não um secretário panfleteiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Leutprecht, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de agradecer aos funcionários desta Casa que tão bem me receberam desde a minha chegada no último dia 16, a imprensa, as pessoas que acompanham a sessão

pelo sistema da TVAL e pela da Rádio Digital Alesc.

(Passa a ler.)

"Quero iniciar minha fala registrando o meu reconhecimento e agradecendo ao deputado Cesar Valduga e ao meu partido, o PCdoB, que me concedeu a oportunidade e a honra de assumir a cadeira de deputado estadual por 60 dias.

Desde o dia 16 de julho, quando tomei posse neste plenário, tenho percorrido os municípios do norte catarinense, visitando prefeituras, sindicatos, instituições ligadas ao esporte, à educação e ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina. E como também deve acontecer com os srs. retornei com muitas demandas pertinentes e de grande importância. Para algumas delas, tenho certeza de que conseguiremos dar encaminhamento, e já peço o apoio e o auxílio dos srs. deputados neste sentido. Como da mesma forma me coloco à disposição para contribuir e somar nos debates e projetos que apreciaremos neste período, considerando o bem do povo de nosso estado sempre acima das divergências partidárias.

Srs. deputados, vivemos um momento de descompasso econômico, reflexo da crise mundial que tem gerado desemprego e freado a produção em diversos países, entre eles, China e Estados Unidos.

O governo federal, estados e municípios têm apresentado medidas de ajuste para reduzir gastos, conter a desaceleração da economia e resgatar a capacidade de investimento, retomando o processo de crescimento econômico.

Num Brasil que vivia uma década de desenvolvimento econômico e social como nunca antes em sua história, reduzir investimento e falar em ajustes, naturalmente, gera certa apreensão em todos. Porém, com o potencial produtivo brasileiro, seu posicionamento como parceiro estratégico no mercado mundial e a expectativa de uma retomada do crescimento da economia faz com que mantenhamos viva a esperança.

O alarde feito por alguns veículos da imprensa nacional, o tom pessimista de alguns analistas

cristaliza esse período de descompasso como se fosse uma crise irreversível, e que o Brasil estaria fadado ao fracasso. Nas mais altas instâncias políticas da nação, infelizmente, têm prevalecido o embate político e a luta pelo poder, ao invés da união de esforços para garantir a governabilidade e a busca por soluções conjuntas para retomar o crescimento.

O Brasil que queremos fazer continuar a crescer não está reduzido a um sonho de um futuro distante, mas sim ao Brasil de hoje, dos trabalhadores que temem por seus empregos, dos empresários que temem investir, de todos os brasileiros que amam este país.

Em acertada ação, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em parceria com a Fecomércio, lançou a campanha Santa Catarina - Gente que faz a Diferença, que resgata o caráter empreendedor de nossa gente, sua capacidade de superar as dificuldades e avistar num momento de crise uma oportunidade de inovar.

É com este espírito que não abro mão do otimismo e da confiança na garra de nossa gente que esta Casa dá o exemplo. Parabenizo a iniciativa e afirmo que tal ação contribui para o aumento no nível de confiança da indústria e dos investidores.

Em nosso estado temos grandes exemplos de que o Brasil segue crescendo. A empresa Weg, indústria fundada e sediada na minha terra, Jaraguá do Sul, por exemplo, comemorou lucro de 14% no último trimestre e alta de 29% na receita líquida.

Segundo recente levantamento feito pela Associação Catarinense de Rádio e Televisão - Acaert, o investimento publicitário cresceu 12,3% no estado no último semestre, superando a média nacional.

O *Diário Catarinense* de 18 de julho deste ano informa que, de janeiro a maio de 2015, o setor moveleiro vendeu 3,3% mais que o mesmo período de 2014. Já o de peças de madeira teve um dos maiores crescimentos do ano, 6,5%. Em junho deste ano, a Standard & Poor's, uma das mais importantes agências internacionais de classificação de risco,

reafirmou a confiabilidade e a segurança de investimentos em Santa Catarina.

Tenho plena certeza de que nas várias regiões existem experiências positivas do empresariado que, criativamente, tem enfrentado as turbulências desse período e mostrado que é possível seguir em frente, garantir o crescimento e gerar riqueza e renda para este estado e o país. É a busca por desenvolvimento econômico e social, pela retomada do crescimento, pelo compromisso com o bem estar da nossa gente que deve ser o nosso alvo, deixando de lado quinquilharias que possam tirar o foco desse objetivo.

Existem também aqueles que, embebedos no pessimismo ou reféns dos reflexos da crise internacional, se queixam e sedem ao pessimismo vigente, mas para esses casos precisamos entender nossa responsabilidade como representantes e intervir, intermediar e ajudar a buscar soluções. Talvez, e muito provavelmente, a responsabilidade pelo problema que vive o país não seja diretamente nossa, mas certamente, temos responsabilidade em ajudar a buscar soluções e antecipar o momento de superação e retomada do crescimento.

Agradeço mais uma vez ao amigo e companheiro, deputado Cesar Valduga, e também ao meu partido, o PCdoB, pela oportunidade de hoje representar a região de Jaraguá do Sul na Assembleia Legislativa."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, o Brasil é um país burocrático. Hoje mesmo uma pesquisa aponta que a população diz que no Brasil há burocracia demais. É uma federação centralizada e em função disso sofre muitas críticas por esse processo.

Em Santa Catarina, em 2003, o então candidato a governador Luiz Henrique da Silveira apresentou uma proposta de descentralização. A ideia era descentralizar o governo para torná-lo menos

burocrático a fim de que as pessoas tivessem mais acesso às entidades governamentais.

A proposta foi vencedora, eleitoralmente, e se demonstrou, em minha opinião e na de muitos, vencedora do ponto de vista administrativo, pois possibilitou inúmeras realizações do governo Luiz Henrique e, do ponto de vista eleitoral, possibilitou a reeleição do então governador e a sucessão com a eleição do atual governador e com a sua reeleição.

As secretarias regionais, na verdade, não eram ou não são, entes descentralizados, porque a descentralização é um processo em que você transfere de um ente da federação para outro o poder. Na verdade, são formas de desconcentração, se procurou desconcentrar o governo para colocá-lo na ponta da linha.

Na última semana do primeiro semestre Legislativo votamos aqui projetos, inclusive que cria o Investsaúde, em que se dizia que não se deveria aplicar no caso específico, dispositivo constante da lei que criou as secretarias regionais, que diz que preferencialmente as licitações e a execução dos processos têm que ser feitos pelas chamadas secretarias regionais. Naquele instante houve a argumentação aqui de vários que votarem a favor do projeto, no sentido de dizer que as secretarias regionais aumentavam a burocracia.

Ora, é claro que se as referidas secretarias não têm o poder, não podem licitar, isso é apenas uma instância que tem que ser consultada *a priori* para que a secretaria central faça o procedimento, elas vão aumentar a burocracia. Agora, se elas exercerem o seu papel, como foi proposto no início do governo Luiz Henrique e por todo o seu mandato, é de que elas tenham o recurso e elas façam a licitação, evidentemente que a burocracia diminui, porque a finalidade das secretarias é diminuir a burocracia.

A crítica que se faz, e vejo agora, inclusive por parte do presidente desta Casa, com a ideia de extinguir as secretarias regionais, de que elas não são eficazes, não fazem nada, evidentemente,

que se você não tem poder, não tem recursos, você não vai poder exercitá-lo e aplicar os recursos. Então, elas não fazem porque não tem poder. O raciocínio é diferente, você precisa fortalecer as secretarias regionais e enfraquecer o poder central.

No Brasil, temos esse estado burocrático, estado patrimonialista, e há um excesso de cargos comissionados evidentemente; o governo federal tem mais de 20 mil cargos comissionados. Qualquer país do mundo desenvolvido quando um governo central ganha à eleição troca lá 300, 400 ou 500 pessoas; aqui você muda de cabo a rabo a direção do país tal o excesso de cargos comissionados. É evidente que precisamos diminuir os cargos comissionados. O governo federal tem 39 ministérios, precisa diminuí-los.

Há muitos cargos, o governo está atulhado de pessoas e evidentemente precisa diminuir e, agora, mais do que nunca porque nós estamos num momento difícil do país.

Mas a pergunta é: nós temos que nesse processo que visa ter menos governo, que visa ter menos burocracia então, extinguir as secretarias regionais ou fortalecer as secretarias regionais?

Evidentemente, podemos diminuir cargos. Acho que temos cargos em excesso nas secretarias regionais e que agora se propõe transformá-las em agências e fortalecê-las de forma a ter menos burocracia.

Qual foi o princípio da criação das secretarias regionais? Ter menos burocracia! Aproximar o povo do estado! Agora, se fragilizarem as secretarias regionais claramente será produzido o oposto daquilo que foi projetado.

Agora nós temos o Projeto de Lei n. 0260 que está tramitando nesta Casa que dispõe sobre a transformação das secretarias regionais do Estado e Desenvolvimento Regional em agências e extingue uma série de cargos.

Vejo que a mudança de nomes pode ser adequada. O próprio governador Luiz Henrique da Silveira na época falava em agências. Eu penso que extinguir cargos não há problemas, isso pode ser feito. Mas

o projeto tem, sim, um grave problema. Ele mantém como agências as secretarias com a exceção de alguns cargos, mas tira toda a capacidade executiva das secretarias. Elas já estão frágeis, e se tornam mais frágeis ainda. Elas já estão capengas e se tornam mais capengas ainda. Elas passam a ser quase que órgãos de representação. É claro, aí aqueles que vão trabalhar pela extinção das secretarias regionais cada vez vão ter mais argumentos. Vão dizer que estão extinguindo, sem extingui-las, mas estão fazendo-as sangrar tornando-as quase inanimadas.

Então, acho que nós precisamos tratar desse assunto principalmente, deputado Dalmo Claro, nós que temos uma ligação mais estreita com o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, v.exa. ficou muito tempo no partido, PMDB, eu fui secretário do ex-governador Luiz Henrique, mais recente no partido, na defesa de uma ideia.

Deputado Aldo Schneider que está presidindo aqui a nossa Casa, é preciso desconcentrar, descentralizar, aproximar o povo do governo, diminuindo custos. Claro, que temos que diminuir custos, mas temos que ter uma administração eficaz.

Não podemos simplesmente inanimar as secretarias, tirar o seu poder, tirar a sua capacidade de fogo, não permitir que possam mais licitar e nem executar obras. Não podemos tirar o poder dos conselhos do Desenvolvimento Regional de forma a deixar um faz de conta. É preciso tratar esta questão com seriedade. Se quiserem extinguir, tudo bem, vamos ter um debate forte sobre extinção, ou seja, extinguir ou não as secretarias regionais.

Agora, apenas alterar o seu nome e tirar toda a sua capacidade de execução não me parece adequado. As secretarias regionais tiveram um papel, elas estão fragilizadas, e nós precisamos rediscutir esse papel.

O projeto aqui apresentado é uma proposta do governador.

Acho que quando um governador ganha uma eleição ele deve apresentar aquilo que ele

acredita, evidentemente. Ele está propondo para mudar para agências.

Agora dentro da filosofia que nós defendemos que é a da desburocratização, da descentralização e de uma proximidade maior do povo com os órgãos do governo, devemos, sim, utilizar as estruturas para fortalecer a desburocratização pelas secretarias regionais, que sejam mais eficazes, mais eficientes, que tenham mais poder, que possam executar e licitar as obras e cumpram o papel, que o então governador Luiz Henrique sempre defendeu que foi a ideia das secretarias regionais.

Elas têm que ter dinheiro, capacidade decisória para fazer as licitações, para que as questões sejam discutidas lá na ponta da linha. Se for para enfraquecer algum órgão é preciso enfraquecer o poder central.

Nós estamos ao contrário, estamos querendo voltar ao fortalecimento do poder central, enfraquecendo as secretarias regionais e mantendo as estruturas. Aí, evidentemente, não há sentido ter as secretarias regionais para cumprir o papel que está proposto no Projeto de Lei n. 0260/2015.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a v.exa. pela manifestação, gostaria de me somar as suas colocações, eminente deputado de que efetivamente este Parlamento tem por objetivo debater o assunto, até porque foi uma proposta iniciada lá em 2003, com todas as suas dificuldades. Entendo que foi importante para Santa Catarina, principalmente para as regiões mais longínquas. Evidentemente, entendo que tem que ser discutido o papel das secretarias regionais, porque elas podem fazer muito mais do que estão fazendo neste momento.

Digo isso, deputado Maurício Eskudlark, porque eu tive o privilégio e o prazer de ser secretário regional durante sete anos, e conseguimos transformar de verdade aquela região.

Então, quero dizer que tem muito que se fazer, e pode ser feito. E temos que avançar neste debate, até porque a estrutura do estado já

existe, está lá e nós temos é que fazer com que esses colaboradores do estado produzam. Então, é nessa linha que eu entendo que o debate deva ser aprofundado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito Marcos Antonio Theisen, do município de Cunhataí, do seu partido inclusive. Registrar também a presença do sr. Germano Gean Vieira que é contador do município de Cunhataí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social progressista.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Social progressista que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, na verdade eu quero abordar dois assuntos.

O primeiro é sobre a questão que estamos passando agora, de 1º a sete de agosto, pela Semana Mundial do Aleitamento Materno. É importante que se faça esse registro aqui nesta Casa, da relevância deste ato simples, inerente a nossa condição de seres humanos, mamíferos.

Importantíssimo sob o ponto de vista da saúde das crianças, principalmente dos recém-nascidos e crianças de até seis meses, um ano de vida.

Então, ocorre uma série de eventos pelo estado afora, no Brasil todo, na verdade a semana é mundial, reiterando a importância deste ato.

Muitas vezes com a vida moderna, com as atribuições das mães com os regimes de trabalho e até com algumas noções estéticas, o hábito tem sido deixado de lado.

Mas, é extremamente importante, estimulado pelos especialistas, pelos pediatras, que seja feito o aleitamento. Isso trás muito mais segurança à saúde da criança, mais imunidade, mais proteção contra infecções, um melhor equilíbrio nutricional e um melhor desenvolvimento sobre vários aspectos da criança, não só sobre o aspecto nutricional, mas também sobre o emocional e psicomotor. Queremos aqui reiterar a importância disso e deixar registrado.

Em Joinville, especificamente, há uma série de atividades que estão sendo realizadas, culturais, educativas através da imprensa, inclusive a televisão tem colaborado, e é muito importante que se destaque este ato.

Outro aspecto que quero aproveitar o momento para registrar aqui, é que por uma proposição nossa na comissão de Saúde, faremos uma audiência pública da comissão de Saúde desta Casa, em Joinville, nesta próxima sexta-feira, dia sete de agosto, às 13h30, com previsão de durar várias horas durante a tarde, no salão nobre da Associação Comercial e Industrial de Joinville.

Essa audiência destina-se a discutir a organização, a estrutura hospitalar de Joinville e região. Hoje é nítida a deficiência de instalações hospitalares na região, sejam em número de leitos, leitos de UTI, salas cirúrgicas, enfim, todo o conjunto de espaços que compõem um hospital. E digo mais, até não só no aspecto de internação, mas os hospitais hoje como centros de diagnose e de terapia das doenças de maior complexidade.

Aquela noção antiga de um hospital como apenas um hotel que hospeda doentes que vão lá tomar um soro já está há muito ultrapassado. A própria população tem percebido isso na medida em que busca hospitais com maior resolutividade mesmo que, às vezes, longe da sua cidade, dispensando a busca de um hospital de pouco recurso mais próximo

de seu domicílio e vai mais longe buscando hospitais com maior capacidade de recursos.

Então, os hospitais precisam ter essa capacidade, complexidade de meios, diagnósticos e terapêuticos e também capacidade de acolhimento ainda de leitos hospitalares numa proporção cada vez maior de leitos de UTI sobre o número total de leitos hospitalares.

Nós tínhamos até a poucos anos uma proporção de 2%, 3% do total de leitos do hospital ou do conjunto de leitos do hospital de uma cidade como leitos de UTI. Hoje, a necessidade está em torno de 10% do total de leitos hospitalares como leitos de UTI, e eu acredito que vamos chegar até em hospitais que tratam maior complexidade beirando talvez 15% ou 20% do total de leitos como leitos de UTI.

Mas, enfim, vamos discutir a situação da região. Para os senhores terem uma ideia, hoje, Joinville e região teriam uma necessidade de cerca de 1500 leitos hospitalares, 150 leitos de UTI e em torno de 800, 880 leitos hospitalares, se contarmos alguns hospitais de pequena complexidade também da região e 71 leitos de UTI.

Então, estamos com metade da necessidade e há uma demanda, uma solicitação muito grande por parte de diversos setores, segmentos da sociedade de Joinville e da região por novos hospitais, a sociedade médica clama por um hospital por determinada característica, a Associação Comercial da mesma forma, lideranças da zona sul da cidade com 200 mil habitantes clamam por um hospital lá localizado, especialistas ligados ao tratamento do câncer também defendem uma unidade dessa especialidade na cidade ou na região.

Então, há que se discutir com todos de forma democrática, aberta, abrir a discussão da situação na cidade. É o que queremos para os próximos anos na região.

As pessoas também sabem e entendem hoje que não dá mais para depender só do poder público para isso, e a audiência pode ter também um papel importante de conscientização da sociedade para que ela, de forma organizada, eventualmente tome

até iniciativa de construção, gestão, administração, financiamento de um hospital para atender o SUS, um hospital com característica de atendimento público.

Portanto, convido os demais deputados que puderem se fazer presentes também na sexta-feira, sete de agosto, às 13h30, em Joinville, na sede da Associação Comercial, pois a discussão será bastante rica e já há inclusive a proposição aprovada na comissão de Saúde, de mais quatro audiências externas, especificamente para tratar do assunto da estrutura hospitalar de sua região, a saber: Chapecó, Blumenau, Itajaí e no sul do estado em Criciúma também com o mesmo objetivo.

Acredito que serão reuniões importantíssimas, nas quais poderemos aproveitar para traçar o melhor cenário para a região, ou pelo menos buscar aquilo que seja mais adequado, e, inclusive, orientar o próprio poder público no sentido da melhor aplicação dos recursos quando se tratar de instalações hospitalares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do deputado Dalmo Claro, que falou em nome do PMDB.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados aos PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que se encontram na Casa. Cumprimento o deputado Jean Leutprecht, dando as boas-vindas a este Parlamento.

Eu gostaria deputado Maurício Eskudlark, de iniciar o debate nesta Casa, sobre o Plano Estadual de Educação. Talvez uma das peças mais importantes que chega a esta Casa, paralelo ao Orçamento, é claro.

Nós entendemos a importância e o desafio que esta Casa tem no Plano Estadual de Educação, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que é da área e que certamente também trará muitas

contribuições, com emendas, com propostas e proposições.

Já estão ocorrendo audiências públicas por todo o estado, e, se não estou equivocado, há uma prévia para o próximo dia três de setembro, a votação final, nesta Casa, do Plano Estadual de Educação.

Nós sabemos que, em nível nacional, o Plano Nacional de Educação já foi aprovado. Nos municípios, deputado Maurício Eskudlark, alguns já aprovaram, outros estão em debate, outros aprovaram e revogaram. Enfim, nesta Casa, felizmente, graças a CCJ e a comissão de Educação, há um debate equilibrado, tenho certeza.

Estava olhando com muito carinho, ainda esta semana, são praticamente 150 páginas desta chamada versão preliminar do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, e a importância do plano, deputado Fernando Coruja, é que ele será para os próximos dez anos.

Então, o pai, a mãe que está me acompanhando e tem o seu filho de cinco anos, vai ter uma gerência até os próximos 15 anos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Só para entrar na questão do Plano Estadual de Educação, eu recebi das Apaes, principalmente da região de Bombinhas, Porto Belo, Tijucas, manifestações pela Meta 4 do Plano Estadual de Educação, que já foi aprovado em nível estadual e em nível federal, mantendo as Apaes como escolas especiais e, inclusive, com a opção dos pais entre aquelas escolas que poderão incluir os seus filhos.

Então, este debate é muito importante. Eu sei que v.exa., assim como os demais deputados, têm esta preocupação. Falei com o deputado José Nei Ascari, que é um deputado da área das Apaes, um defensor da questão das Apaes, sobre o assunto, que, vejam, é um debate importante e que deve ser mantido na nossa legislação.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, deputado. Também recebemos esta

recomendação e certamente vamos tratar com carinho deste tema.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero cumprimentá-lo pela abordagem do tema extremamente relevante.

Nós apresentamos um requerimento, ainda quando o projeto de lei estava na CCJ, para a viabilização de 18 seminários, debates de apresentação do plano. Infelizmente, não foi possível este calendário, mas garantimos oito audiências públicas. Numa proposição de nossa autoria, foi aprovado este calendário, e iniciou ontem com a primeira audiência em Caçador.

E eu quero também me somar ao debate do Plano Estadual, mas lhe fazer um pedido pelo grande respeito que tenho a v.exa. Nós já tratamos do tema das drogas e espero que possamos fazer um debate muito maduro, muito respeitoso. Eu tenho uma preocupação com relação ao fato de que não podemos construir um debate separando as pessoas em Santa Catarina, ou seja, quem é a favor ou quem é contra o tema do gênero.

Já falei à v.exa. que o debate é muito maior do que esse. E nós temos que ter sensibilidade no sentido de discutir as questões centrais do plano, seja essa preocupação, seja também a valorização do Magistério, da educação especial, do financiamento, ou seja, que nós consigamos aqui em Santa Catarina fazer um debate de alto nível.

Acho que é esse o desafio que não está colocado. E quero ajudar nesse sentido. E quanto a Emenda n. 4, já protocolei hoje, respondendo a solicitação que a Federação das Apaes nos fez. Eu também sou vice-presidente da comissão de Educação e membro da comissão de Pessoas com Deficiência, em respeito ao trabalho que a educação especial, em Santa Catarina, através das Apaes, faz.

Então, é só essa reflexão, pela grande consideração que eu tenho por v.exa.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputada Luciane Carminatti!

Eu nem iria entrar nessa seara da identidade de gênero, porque essa é uma discussão que nós esperamos não haja necessidade de vir a esta Casa. Mais se vier estamos preparados para o bom combate, pois temos todo um aparato do ponto de vista jurídico, científico e acadêmico.

Felizmente o governador abortou essa ideia que vinha do Conselho de Educação e chega a esta Casa sem desviar a atenção. Inclusive, o ministro da Educação se pronunciou recentemente dizendo que infelizmente a proposta da identidade de gênero estava tirando o foco de um debate maior das metas, dos eixos que de fato dizem respeito à educação.

Afinal de contas, esse é um plano que serve como instrumento de planejamento, de gestão e de integração de todo o sistema escolar, porque também entra a rede privada, não é só para a rede pública que o Plano Estadual de Educação deve ser executado pelos gestores educacionais. Como disse, nos próximos dez anos a contar da publicação desta lei.

Tenho rapidamente alguns detalhes que eu já quero antecipar, deixando a parte essa questão da identidade de gêneros, que vamos tentar protelar o máximo possível, que são preocupações muito contundentes e pontuais que me preocupam. Por exemplo, 1.16 diz o seguinte: que estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de zero a cinco anos, conforme estabelecidas as diretrizes curriculares para a educação infantil.

Aí surge uma pergunta da população catarinense: Eu preciso colocar a minha criança de três anos de idade na escola? A criança não tem direito a convivência familiar até os seis anos? É em ponto de interrogação. Até porque as diretrizes do plano nacional querem que daqui a dois anos isso já comece a partir do zero ano de idade das nossas crianças. Eu entendo que é um absurdo, porque se na Meta 5 diz: alfabetizar todas as crianças aos seis anos de idade ou até no máximo até aos oito anos de idade. Aí eu pergunto srs. deputados: O que essas crianças vão fazer dos três

aos seis anos de idade na escola, se não podem ser alfabetizadas? Isso é um absurdo!

Hoje as crianças são espertas, com três anos já estão mexendo nos computadores.

São algumas questões que nos chamam atenção e que acendem a luz amarela.

Quem convive com as crianças sabe que elas estão ansiosas para aprender e para escrever com rapidez e agilidade. E é papel da escola estar presente nesse processo de alfabetização, sim, já, e por que não a partir dos três anos de idade.

Existem outras questões que me preocupam, talvez de menos importância, mas que precisam ser levantadas, porque, como se diz, é um projeto para a rede pública e para a rede privada.

E, quando se fala em garantir transporte gratuito por meio de convênio entre as secretarias municipais de educação e a secretaria de estado da Educação, como é que fica a rede privada? Terá que garantir também o transporte coletivo das crianças? Está aqui na proposta do Plano Estadual de Educação. Acho que precisamos levantar algumas ressalvas.

E bem dizia a deputada Luciane Carminatti que nas 150 páginas do Plano Estadual de Educação não encontramos uma frase sequer com relação à questão da prevenção às drogas. Estamos preparando uma emenda para fazer essa inserção porque entendemos prudente e necessário. Não aborda a questão da prevenção ao aborto. Os médicos que aqui estão sabem do desafio que existe nesse sentido.

Deputado Serafim Venzon, eu soube que em Brusque, infelizmente, há um surto de gravidez precoce, se é que se pode chamar de surto. Se não estou equivocado, cerca de 70 adolescentes recentemente tiveram gravidez precoce naquele município. Então, são questões que precisam ser inseridas num plano estadual. Não é questão de ser contra ou a favor do aborto, trata-se de uma questão de sapiência, de prudência, de adentrarmos nessa seara com técnicas de orientação, de prevenção à gravidez indesejada.

Assim, ao longo do mês de agosto, estaremos debatendo nas audiências públicas essas questões.

Tenho participado de muitas audiências dos Planos Municipais de Educação, como aconteceu recentemente em Barra Velha, na semana passada, com um debate bastante intenso e extenso.

Ontem, estive em contato com o prefeito e alguns vereadores de Águas de Chapecó, que também têm muitas dúvidas sobre o Plano Municipal de Educação.

Acho que a confusão toda veio a partir do momento em que se estabeleceu uma data, 24 de junho de 2015, em que o Plano teria que ficar pronto. Não sei de onde veio essa informação. E, se não fosse cumprido o prazo, não receberiam o Fundeb e aí por diante. Atropelaram o processo. Para muitas Câmaras de Vereadores, foi de goela abaixo, inclusive para a Assembleia Legislativa.

Mas, felizmente, conseguimos pautar com o secretário Deschamps. E com toda calma e serenidade o projeto chega a esta Casa com ampla liberdade para os catarinenses darem suas opiniões, colocarem suas demandas, a fim de que tenhamos um Plano Estadual de Educação a orgulhar à nós todos, e aos nossos filhos, netos e futuras gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -  
Agradeço a manifestação de v.exa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, em outro momento provavelmente me manifestarei sobre o Plano Estadual de Educação.

Com relação à alfabetização, como sou alfabetizadora, deputado Ismael dos Santos, posso lhe assegurar que existem fases bastante diferenciadas e papéis diferentes em cada etapa do processo, mas é possível que façamos esse debate de forma tranquila porque acho que a sua manifestação é no sentido de instigar e entender.

Meu filho de quase três aninhos está na creche se alfabetizando brincando, que é o preparo para o letramento, como chamamos na escola.

Mas, ele está se alfabetizando, brincando, cantando, conhecendo as cores, compreendendo o território. Então, não é propriamente escrever como se faz no processo dos seis aos oito anos, mas é uma etapa inicial, que é fundamental. E que bom que o Brasil hoje está abrindo a possibilidade de nós garantirmos a primeira infância para as crianças em creche.

Uma criança que passa pela creche domina 12 mil palavras até chegar à alfabetização propriamente dita. E outra que não chega à creche, domina quatro mil palavras. Isso já é um grande indicativo da necessidade do atendimento em creche, mas esse é um debate bom de fazer e nós temos que amadurecê-lo, assim como as demais questões.

Porém, eu quero fazer a minha manifestação e gostaria muito que o deputado Fernando Coruja estivesse aqui, porque o referido deputado é do PMDB e falou das SDRs. E muito do que ele falou nós temos acordo, no olhar da Oposição. Eu diria, hoje, para começar srs. deputados, que as secretarias de desenvolvimento regionais precisam ser fechadas. Fechadas!

Não há sentido algum manter prédios e algumas pessoas sem descentralizar efetivamente o recurso.

Por que o que é dar poder à população? É ter estruturas com poder. Estruturas com poder de estado são estruturas com recursos deste estado. Se o governo tem estruturas sem recursos não tem poder, se não tem poder fecham-se essas estruturas. É muito lógico isso.

A partir deste entendimento inicial quero falar um pouquinho sobre o Projeto de Lei n. 0260/2015, que mostra por que as SDRs precisam ser fechadas.

(Passa a ler.)

"Foi apresentado em julho de 2015 o seu segundo projeto do governo de estado de reforma administrativa, transformando as SDRs em agências de desenvolvimento regional. Esse projeto prevê a

extinção de 242 cargos previstos no art. 13 e 14, que juntos registraram despesas de R\$ 5,2 milhões, em 2014, segundo informações da Casa Civil. Entre os cargos estão previstos 106 comissionados e 136 funções gratificadas, com base nesse cálculo, nós teríamos 0,05%. Vejam bem, não é 1%. É 0,05% da soma da despesa total de pessoal, que é de R\$ 8,973 bilhões, segundo relatório de gestão fiscal com base no mês de abril do ano passado a maio de 2015.

O 0,05% é um número insignificante diante de todo o contexto e da grande economia que o governo diz que quer fazer com a transformação das SDRs em agências de desenvolvimento regional.

O governo trabalha ainda com o PDVI, que é o Plano de Demissão Voluntária Incentivada, com a previsão de redução em torno de R\$ 214 milhões entre 2015 e 2018. Ou ainda, a criação da Aresc - Agência de Regulação de Serviços Públicos que não apresentou redução, pois os cargos não estavam ocupados. Diga-se de passagem, esses cargos também que estão extintos na sua grande maioria não estão sendo ocupados neste ano.

Portanto, também resolve outro problema do governo, que é a pressão política para nomeação desses cargos que estão vagos. Quero dizer com isso que é muito barulho para pouca economia.

Queremos entender ainda com essa proposta, com esse barulho, melhor dizendo, que o governo Colombo manifesta, se o objetivo é economizar porque é que o governo não apresenta o impacto financeiro dessa mudança. A justificativa do projeto de lei diz que por representar redução de gastos não se faz necessário apresentar estudo de impacto financeiro. Se de fato vai ter uma economia significativa não seria importante que o governo demonstrasse os números dessa mudança?

Há uma redução inócua de despesas, tendo em vista que a despesa total com pessoal registrou 48,98% em abril, e a Receita Corrente Líquida apresentou queda nos valores mensais de maio e junho de 2015. Ou seja, quando a folha aumenta e a receita diminui, a conta não fecha.

Outro questionamento é quanto à autonomia e a descentralização das Agências de Desenvolvimento Regionais. Com a revogação dos Conselhos do Desenvolvimento Regional conforme Lei Complementar n.381 de 2007, tem o papel de auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais, temos a questionar:

A criação do colegiado regional de governo previsto no Projeto de Lei n. 0260, vai descentralizar na prática o Orçamento? Ou este colegiado servirá como um fórum de discussão?

Segundo, como será operada a destinação do orçamento? O colegiado decide e o orçamento atende as demandas regionais ou o colegiado sugere e as secretarias setoriais decidem se vão aplicar o recurso a partir do próprio orçamento? A quem caberá tomar as decisões operacionais e a execução do orçamento?

Se a decisão caberá às secretarias setoriais, há necessidade em manter as agências regionais?

Vamos citar como exemplo a melhoria da SC-283, uma obra que pedimos desde 2011. Se o Colegiado do Oeste defender que é prioridade, a secretaria vai executar essa obra ou vai continuar jogando o investimento adiante? É isso que a população quer saber. Quem decide afinal de contas? Se não é a agência regional que não tem recurso para decidir, então, para que transformar SDR em Agência de Desenvolvimento Regional?

Outro exemplo: os relatórios de execução orçamentária mostram que no Programa 610, que trata da Educação Básica, são n. 0104 relacionadas à construção, ampliação e reforma de escolas, apenas 6% das dotações orçamentárias foram empenhadas, com as respectivas descentralizações das SDRs. Apenas R\$ 2,17 milhões foram empenhados de um total de R\$ 35,72 milhões.

Quando acessamos os relatórios, verificamos que em 26 SDRs os recursos não foram sequer empenhados, ou seja, em 72% das secretarias a descentralização ocorreu simbolicamente.

Queremos que o governo responda a essas questões de forma muito clara. O projeto é a

solução para a redução das despesas e quanto será reduzido então, na prática?

Chega de brincar com a população. Que o governo feche as SDRs e descentralize verdadeiramente o orçamento do estado para atender a todas as regiões, sem discriminar uma ou beneficiar outra."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, pelo PSDB, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sr. deputado Valmir Comin, se v.exa. quiser se manifestar podemos dividir o tempo.

Prezados catarinenses que nos acompanham, inicialmente quero pedir permissão de todos os srs. para fazer uma saudação especial ao povo da minha cidade, Brusque, que hoje completa 155 anos de colonização.

Ali chegaram os primeiros europeus e se embrenharam através do rio Itajaí Mirim, na floresta e foram ocupando as áreas dando condições inicialmente de sobrevivência. Hoje, com o esforço de tanta gente que passou nessa história de 155 anos, uma cidade pujante, a décima maior economia do estado de Santa Catarina, graças ao empreendedorismo, a força de trabalho. Enfim, graças ao empenho, ao esforço de cada brusquense que faz hoje Brusque ser o que é.

E seguramente hoje podemos dizer que cada cidadão, olhando para frente, para os lados, enfim, vê quem está ao seu entorno e tem muito a agradecer!

Agradecer aquilo que cada um fez a si mesmo, também reconhecendo o que cada um fez com as bênçãos de Deus, e aquele trabalho que cada um com esforço produziu, seguramente, que serviu primeiro para ele, mas serviu também para o desenvolvimento a toda aquela região.

Meus cumprimentos especiais à administração municipal, em nome do prefeito Roberto Prudêncio Neto. Aliás, um belo desfile que tivemos hoje, organizado pela prefeitura e que mereceu, inclusive, a presença do governador Raimundo Colombo, do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, do secretário da Saúde João Paulo Kleinübing e do deputado Jean Kuhlmann, que estavam lá prestigiando aquele desfile e a população de Brusque.

Também prestigiando Brusque, na manhã de hoje, o governador Raimundo Colombo, assinou um repasse de R\$ 4 milhões para continuação da via Beira Rio, chamada assim, uma via que facilita a mobilidade de Brusque. Sem dúvida nenhuma, esse recurso irá beneficiar e muito a mobilidade de Brusque, principalmente, no início e no final do dia.

Ao final, principalmente, numa das extremidades da Beira Rio está implantada a maior universidade do vale do Itajaí Mirim, a Unifebe. Entre 17h e 18h começa o período noturno, há então um movimento muito grande pela Beira Rio, mas com essa obra, com essa complementação vai facilitar e muito o acesso àquela universidade.

Então, certamente, o povo de Brusque agradece muito o governo do estado pelo empenho que tem dado. Também agradece o empenho do governador Raimundo Colombo no início, agora, da duplicação da SC-486 entre Itajaí e Brusque. Aliás, é a primeira rodovia estadual, com exceção da rodovia aqui dentro da ilha, é a primeira rodovia do estado entre uma cidade e outra que está sendo duplicada.

Brusque mereceu esse destaque do governo do estado e as obras estão com ritmo acelerado. Acreditamos que em dois ou três anos, aquela obra de fato esteja pronta e venha transportar as grandes riquezas e que Brusque tenha progresso. Esse acesso que a rodovia dará entre Brusque e a BR-101, entre Brusque e o porto da Portonave, de Navegantes, e do porto de Itajaí.

Sem dúvida nenhuma, a duplicação da SC-486, vai facilitar e estimular o empreendedorismo, que já é grande em Brusque. Aliás, falando em

empreendedorismo, nós estamos iniciando lá também o Centro de Tecnologia, que tem o apoio do governo do estado e do federal. Sem dúvida nenhuma, esse Centro de Tecnologia vai estimular e muito o empreendedorismo natural que temos na região, especificamente, em Brusque. Vai atender o setor têxtil, o setor metal mecânico, o setor calçadista, todas as iniciativas, tanto do vale do Rio Tijucas, quanto do vale do Rio Itajaí Mirim. Esse centro vai instrumentalizar as boas ideias, os bons projetos, vai ser um grande indutor do desenvolvimento na região.

Mas queria ainda, sr. presidente, cumprimentar a visita nobre que recebi hoje do Alexandre Muniz Marques, representando a equipe do SAMU, que atende Brusque e região.

Quero cumprimentar também o Conselho Estadual de Educação que, no dia de ontem, teve a posse da nova executiva, em nome do sr. Osvaldir Ramos, presidente, do vice-presidente Gildo Volpato e do secretário Antônio Reinaldo Agostini. Saúdo toda a executiva e também os conselheiros, em nome de Raimundo Zumblick, que foi reitor da Udesc, e Yuri Becker, um jovem representando a União Catarinense de Estudantes.

Hoje também fiz uma visita já na primeira reunião ordinária do conselho. Aliás, sr. presidente, srs. deputados, todos nós estamos acompanhando a angústia de muitos acadêmicos deste ano, quando foram fazer o Fies e os que renovaram. E todos nós somos testemunhas da vontade do nosso jovem, do conhecimento que o jovem tem da necessidade de se qualificar por meio de cursos técnicos ou universitários, pois a qualificação é sem dúvida nenhuma um grande instrumento para ter uma qualidade de vida melhor. E com relação a isso toda a população tem essa conceituação.

Ocorre que um grande número de acadêmicos, de jovens não conseguem pagar a faculdade que estão fazendo ou que pretendem fazer. Muitas jovens, às vezes, quando vão escolher o curso na faculdade olham primeiro qual é o orçamento que eles têm, qual é o recurso que eles poderiam pagar. Posso

pagar R\$ 900,00. Então, não vou fazer faculdade de Odontologia.

Presenciei exatamente a situação de um menino de Brusque que depois de fazer o vestibular, passar no curso de Odontologia da Univali, veio me dizer que provavelmente iria se inscrever em outro curso porque ele só tem R\$ 900,00 para pagar a faculdade. Mas a faculdade custa R\$ 3,4 mil, e a renda familiar é de R\$ 4 mil. Como a renda familiar é grande, mas para a família que tem que pagar R\$ 3,4 de uma mensalidade acadêmica, torna-se pequena.

Mas quando a faculdade seleciona os beneficiários conforme o art. 170, não se considera isso, a preferência é para aqueles que têm uma renda familiar menor, de certa maneira, seguramente justa.

Quero colocar aqui que existe um grande número de acadêmicos que ficam fora do art. 170, porque a renda familiar ultrapassa aqueles limites mínimos. Por outro lado, eles não têm acesso ao Fies, por exemplo, a Univali não tem o Fies por causa de uma classificação do governo federal que excluiu a Univali. É uma universidade que tem mais de 25 mil acadêmicos, um grande número desses acadêmicos recebe o art. 170, mas outro muito maior, não recebe, e a renda da família é insuficiente para cobrir essas despesas.

Eu já tive contato com o Conselho Estadual de Educação, com vários reitores das universidades de Santa Catarina justamente para pensar em um projeto para que o governo do estado investisse uma média de R\$ 250 milhões por ano, além do art. 170 que não passa de R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões, não chega a isso. Mas teríamos alternativa como é o Fies estadual, quando o aluno tendo acesso a esse recurso, faz a faculdade em cinco anos, seis anos e depois com dois anos ou três anos de carência ele poderia retornar esse recurso com o valor da mensalidade dele, não uma operação bancária, mas ele pagaria outro aluno que estaria começando o curso dele.

Ou seja, para isso nós temos que pensar junto com os reitores, com o Conselho Estadual da

Educação e com o governo, justamente para encontrar uma alternativa para o maior sonho dos catarinenses, para o maior sonho do jovem, que seria dar a eles a chance, a oportunidade, de poderem fazer um curso, a faculdade que eles desejam, e que através desta faculdade possam ter uma qualidade de vida melhor para si e para eles.

Vejo o Conselho Estadual de Educação, os reitores das universidades como as pessoas que melhor poderão, junto conosco equacionar, encontrar uma fórmula deste projeto, justamente para poder financiar o curso universitário para tantos jovens que querem fazer uma faculdade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa.

Vamos interromper a sessão, por dez minutos, para recebermos o prefeito Helio Roberto Cesa, conforme requerimento assinado pelo deputado Fernando Vampiro. Ele vem convidar todos para a Festa do Colono de Siderópolis, e está acompanhado da rainha da festa, Jaqueline Nart Ugioni, da 1ª princesa Sylvia Pryska Possamai Della Cambruzzi e da 2ª princesa Letícia Salvaro Pavan.

Então, convido o prefeito Helio, a rainha Jaqueline, a princesa Sylvia e a 2ª princesa Letícia para ocuparem a tribuna da Casa por um período de até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a capinha) - Estão reabertos os trabalhos.

(Passaremos à Ordem do Dia.)

A Presidência comunica que a comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0030/2015; 0033/2015; 0045/2015; 0082/2015; 0090/2015; 0091/2015; 0104/2015; 0129/2015; 0130/2015; 0134/2015; 0135/2015; 0144/2015; 0147/2015; 0148/2015 0154/2015; 0155/2015; 0161/2015; 0163/2015; 0175/2015; 0177/2015; 0181/2015; 0195/2015; 0210/2015; 0229/2015.

Pedido de informação n. 0141/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações referentes aos 162 distribuidores de adubo orgânico líquido, adquirido pela secretaria da Agricultura e da Pesca, por meio do pregão n. 010/2013, nos anos de 2013 e 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0142/2015, de autoria do deputado Níkolás Reis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao contrato e ordem de serviço para duplicação da Rodovia Antônio Heil, que liga os municípios de Brusque e Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0143/2015, de autoria do deputado Níkolás Reis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao projeto executivo para as obras da primeira etapa da nova bacia de evolução e acesso aquaviário do Complexo Portuário de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0093/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente da comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e à relatora na comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 6.217, de 29 de agosto de 2013, que denomina Rodovia Doutora Zilda Arns, o trecho da rodovia BR-101 no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0094/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, ao deputado federal Esperidião Amin Helou Filho e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 6.217, de 29 de agosto de 2013, que denomina Rodovia Doutora Zilda Arns o trecho da rodovia BR-101 no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0722/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0723/2015, 0727/2015, 0728/2015 e 0729/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0724/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0725/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0726/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0730/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0731/2015 e 0732/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro;

0733/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0734/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0735/2015, de autoria do deputado João Amin.

Igualmente, esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0594/2015, 0606/2015 e 0607/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0595/2015, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0596/2015 e 0597/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0598/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0599/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0600/2015, 0608/2015 e 0609/2015, de autoria do deputado Níkolás Reis; 0601/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0602/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0603/2015 e 0604/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0605/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0611/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Níkolás Reis, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados; deputado Jean Leutprecht, que hoje estreia neste Plenário, com sentimento de gratidão ao deputado Cesar Valduga, que é a mesma que tenho com o deputado Rodrigo Minotto, pela sensibilidade que ambos tiveram de proporcionar esse rodízio e esse trabalho que nós e o nosso grupo político fez em favor das nossas regiões, das nossas ideias, permitindo esse período tão importante na Assembleia Legislativa para imprimirmos um pouquinho, ainda que por pouco tempo, um ritmo de trabalho que atenda as demandas da nossa região.

Srs. deputados, eu e o deputado Jean Leutprecht estamos tentando fazer quatro anos em dois meses, não é fácil. Aproveitei o recesso para fazer agenda política, fazer conversas institucionais de apresentação do mandato para os mais diversos prefeitos da região, câmaras de vereadores, universidades, para os portos, enfim

para as entidades da sociedade civil de Itajaí, Navegantes e toda a minha região.

As conversas foram para poder pautar e ter um diagnóstico mais completo das questões da cidade e trazê-las aqui para esta Casa. Neste sentido, quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon, que é de Brusque, que hoje faz aniversário, para dizer que estive com o prefeito Roberto Prudêncio, assim como estive com o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, e com o governador Raimundo Colombo, discutindo a questão da duplicação da SC-486, conhecida como a rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque.

Está em processo de duplicação que por um lado aparenta estar rápido, que é onde o governo fez uma espécie de permuta de ICMS com a obra, mas a parte que foi licitada e, portanto, é um consórcio que está tocando, parece estar um tanto lenta.

Essa obra é estratégica não apenas para o porto de Itajaí, mas para o desenvolvimento de toda a nossa região, para a segurança das famílias que moram naquelas comunidades no entorno. E nós fizemos, hoje, um pedido de informação ao governador do estado para sabermos como anda, para podermos dizer com precisão e o que de fato acontece para a comunidade daquela região.

Uso a tribuna e faço uma referência toda especial ao deputado Patrício Destro porque, hoje, solicitei a ele, como presidente da Frente Parlamentar dos Portos e Aeroportos de Santa Catarina, a minha participação na comissão uma vez que venho de uma cidade portuária.

O deputado Patrício Destro deferiu imediatamente o pedido. Inclusive já combinamos de fazermos uma reunião aqui na Assembleia Legislativa com os representantes dos sindicatos da Estiva, com os conferentes, armadores e o próprio porto de Itajaí, para discutirmos as demandas.

Aproveito para falar mais uma vez sobre o porto. Não vou me cansar de falar sobre o assunto, deputado Ismael dos Santos, porque é a grande pauta de Itajaí e Navegantes, neste momento.

Apresentei indicação solicitando uma atenção especial do ministério da Agricultura, da Receita Federal do Brasil, da Anvisa, para que disponibilizem maior número de pessoas para tocar suas agências locais, uma vez que todo o produto que sai do porto de Itajaí ou entra neste porto precisa do aval dos fiscais e dos auditores desses órgãos.

Tratei em conjunto com várias lideranças da cidade - o prefeito Jandir Bellini, com os vereadores, e com os representantes dos portos - tanto do porto de Navegantes quanto do porto de Itajaí, sobre o adensamento dos berços dois e três do porto e da prorrogação do contrato da PM.

E lá, deputado Jean Leutprecht, nós temos um problema que é de competição interna, de um porto com relação ao outro. Mas esse não é o nosso grande problema. O nosso grande problema é a competição do complexo portuário com relação a outros portos do Brasil. Nós temos que ser competitivos sob todos os aspectos!

Nós temos algumas obras que são determinantes do nosso futuro. Uma delas certamente é a via portuária, que depois de concluída vai ligar a BR-101 ao porto de Itajaí e ao porto de Navegantes.

Mas temos outra que é mais determinante ainda, que é mais urgente, que é a obra de todas as obras. É a bacia de evolução que atende tanto o porto de Itajaí quanto ao porto de Navegantes, que atende os terminais portuários e também a montante do rio Itajaí.

O projeto executivo dessa obra está pronto. Hoje ela está na Fatma esperando um parecer pela viabilidade do ponto de vista do licenciamento ambiental. É claro que a Fatma tem que analisar isso com todo o critério, tem que verificar se as coisas estão dentro da lei, tem que ser tudo certinho, mesmo.

Mas pedi apenas agilidade e que seja tratada com carinho esta questão de licenciamento ambiental da bacia de evolução, porque é fundamental que passemos para a próxima etapa, que é poder licitar a execução dessa obra e sair efetivamente do papel, porque ela é determinante.

Neste sentido, gostaria de dividir com este plenário e com os cidadãos de Santa Catarina dizendo que já tive agendas em Brasília que trataram exatamente de saber como está isso do ponto de vista do PPA, da LDO, da LOA em nível federal, porque a segunda etapa da bacia de evolução terá recurso federal.

Então é importante que esse recurso esteja desde já disponibilizado. E parece-me que isso está equacionado. Agora é nós cobrarmos para que tanto o governo do estado, quanto o governo federal cumpram aquilo que prometeram com a cidade e com toda Santa Catarina. E que efetivamente aportem esses recursos para que a obra saia o mais rápido possível, porque repito, ela é a obra das obras, da nossa região neste momento.

Estamos em nosso gabinete construindo uma ideia e verificando a possibilidade de modificarmos uma legislação aprovada no final do ano passado por esta Casa, que em resumo tirou a participação do ICMS. O produto exportado quando sai do município produtor e é exportado por um porto de Santa Catarina, por Imbituba, por Itajaí, por Navegantes, por Itapoá, por São Francisco, o ICMS era recolhido ali, na saída, no município onde era exportado. E nós, municípios portuários achamos que isso é justo porque nós temos todo um passivo.

As nossas casas tremem, as nossas ruas ficam esburacadas, os nossos contêineres acumulam água em cima, e aí o mosquito da Dengue vai lá e há uma incidência maior. A Assembleia mudou essa regra. Aquele 25% que retorna para o município agora está lá no município exportador.

Estamos fazendo um estudo. Mas o que nos parece é que aquele produto que vem lá do Mato Grosso para São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e que sai pelos portos de Santa Catarina não vai ter como a Receita do estado recolher esse tributo no município exportador.

Então, é importante rediscutirmos esse projeto para fazer uma equação que seja justa, tanto para quem exporta, podemos citar Criciúma, sabemos que exporta muitos produtos por Imbituba, por Itajaí,

também Chapecó e toda a região oeste exporta muito por Itajaí e Navegantes, produtos que somos especializados, que são os produtos frigorificados.

É importante chegarmos num denominador comum, criar um consenso e de repente modificar essa legislação de maneira que nós portuários não percamos essa receita que é tão importante, mas que, sobretudo, que o estado de Santa Catarina não perca definitivamente essa receita.

Neste minuto que nos resta, portanto, vou aproveitar para falar sobre a Transbeto. Nós fizemos uma indicação que, na verdade, reforçou um pedido, que já é um pedido dos deputados, Mauricio Eskudlark e Leonel Pavan, e volto a esta tribuna para implorar ao governo do estado.

Ontem, estive na presidência da Câmara de Penha e eles reforçaram esse pedido da Transbeto, dizendo que o prefeito aceita receber aquela iluminação. Só precisa o estado colocar por cima desta vez, e não por baixo, porque já roubaram três vezes a fiação.

Aquela comunidade, srs. deputados, está assustada com o índice de assaltos naquela rodovia e com tantos números de acidentes. É preciso que o estado tome uma providência imediata. E aqui, tenho certeza, em nome dos srs. deputados Mauricio Eskudlark e Leonel Pavan, que tantas vezes solicitaram isso, na certeza de que esta Casa compreende a importância daquela comunidade e do Parque Beto Carreiro, à economia de Santa Catarina, da importância do governo definitivamente tomar providências com relação ao caos que se encontra aquela rodovia.

Sr. presidente, agradeço imensamente pela atenção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, só para registrar a presença, do Capitão de Mar e Guerra (RM1), sr. Mário Luiz Honorato - assessor para assuntos institucionais, representante da Marinha do Brasil, comando do 5º Distrito Naval, que está fazendo uma visita de cordialidade à todos os srs. parlamentares como um gesto de aproximação entre a Instituição Marinha do Rio Grande, que é uma só, e também de Santa Catarina, mas junto com o parlamento catarinense. Acho importante aprimorar esses valores, termos essa aproximação.

Por isso, esta fazendo uma visita em todos os gabinetes, deve visitar também o gabinete de v.exa., e é um prazer, uma satisfação tê-lo conosco neste parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Seja bem-vindo, será registrado nos anais desta Casa.

O próximo orador inscrito é o deputado Mauricio Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, aproveitando as palavras do colega Níkolás Reis, quero dizer que somos parceiros nesses pleitos, principalmente do município da Penha, do Vale do Itajaí, da Foz do Rio Itajaí. E o deputado Níkolás Reis, esteve conosco na Univali, no lançamento do projeto da Petrobrás, no monitoramento das praias. Quero reconhecer o trabalho da Univali, a grandiosidade da Univali, que vai capitanear um projeto com várias outras instituições para serviços de avaliação da interferência das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na área do pré-sal, da bacia de Santos sobre aves, quelônios e mamíferos marinhos.

O contrato foi assinado entre a Univali e a Petrobrás. Nós, a convite do reitor Mário Cesar dos Santos, estivemos participando deste importante evento, um trabalho que vai ser coordenado pelos pesquisadores da Univali, cujo coordenador geral do projeto será André Silva

Barreto. Haverá várias instituições envolvidas como a Associação R3 Animal, Instituto Argonauta, Instituto Greomar, Instituto em pesquisas Cananéia, Universidade da região de Joinville - Univille; a Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc; Universidade de São Paulo - USP; Universidade Federal do Paraná; o Projeto Baleia Franca, Projeto BioPesca e projeto Tamar Santa Catarina e São Paulo.

É um projeto muito importante que a Univali vai capitanear em nível de sul do Brasil, que vem desde Santos até Imbituba. E a Univali em conjunto com as demais que aqui foram citadas, vão fazer esse acompanhamento do meio ambiente, principalmente em relação à questão marinha no que se refere ao pré-sal.

O diretor da Petrobrás que ali esteve, procurando reforçar a questão do fechamento ou da redução do escritório da Petrobrás em Itajaí, dizendo que isso, na verdade, não vai reduzir o contato e o trabalho da Petrobrás em nível de Santa Catarina e região.

Eu queria fazer dois registros importantes. Na última sessão da Assembleia Legislativa, quando eu iria usar da palavra, tivemos a votação dos projetos e o encerramento da sessão, sem a possibilidade de utilizar, aquele dia, da palavra, e, naquele dia, foi falado nesta Casa a respeito da operação da Polícia Civil junto à prefeitura de Dionísio Cerqueira quando foram presos secretários, diretores do hospital que culminou com o afastamento do prefeito. E agora houve mais uma decisão judicial determinando o afastamento da diretora do hospital, também do marido dela que ocupava um cargo numa área do Hospital Municipal Dionísio Cerqueira.

Na época, houve o debate na questão da Polícia Civil que teria exorbitado um pouco no momento de cumprir aquelas ações, e fomos manter contato com o delegado Eduardo Mattos, daquele município, que nos explicou sobre a operação. Claro que no momento em que se fala tanto no combate à corrupção houve uma preocupação deles em fazer uma operação com todo o cuidado na busca de colher as

provas das denúncias de irregularidades, nas questões de horas extras, desvios no hospital e na administração municipal Dionísio Cerqueira.

E, segundo o relator, delegado Eduardo Mattos, foi uma operação de busca e apreensão em sete lugares. Reuniram-se durante a madrugada 35 policiais que receberam a orientação dos locais onde teriam os mandados de prisão e os mandados de busca e apreensão. Tendo, portanto, um total de cinco policiais por local que seria vistoriado ou por residência, onde teria a prisão de algum dos acusados.

Não houve, então, excesso. Na época, falamos da utilização de helicóptero que já estava na região. Lá é uma região fronteira, todos sabem, Dionísio Cerqueira faz fronteira por rua com o estado do Paraná, na cidade de Barracão, e por rua e por divisa seca com o município de Bernardo Irigoyen, na Argentina.

Todo esse procedimento foi normal, temos que reconhecer, não buscou nenhum sensacionalismo e houve, sim, provavelmente uma comunicação por parte da Polícia Civil de que teria uma operação de maiores proporções no município de Dionísio Cerqueira e, por essa razão, houve até o acompanhamento de emissora de televisão, mas que não se buscou, por ser uma questão política ou por qualquer outra forma, dar algum tipo de exibicionismo ou sensacionalismo.

Concordo com a exposição do delegado Eduardo Mattos. A Polícia Civil tem também essa obrigação de esclarecer esses feitos. E, deputado Mario Marcondes, segundo ele, usaram os meios necessários: cinco policiais para cada local de cumprimento do mandado de busca ou do mandado de prisão para evitar qualquer maior problema.

Então, temos que corrigir isso. Quando o tema foi abordado, eu reconheci que poderia ter ocorrido algum excesso e fui buscar este esclarecimento. E a Polícia Civil fez aquele trabalho que todos nós esperamos e sabemos que tem sido feito, com lisura, com preocupação, na proteção do patrimônio dos catarinenses.

Também gostaria de fazer um registro com referência à Segurança Pública. Eu já recebi e-mails de colegas policiais e delegados a respeito da medida provisória que foi assinada pelo governador do estado referente à Segurança Pública.

Amanhã, segundo orientou o nosso líder, deputado Jean Kuhlmann, teremos uma reunião sobre este assunto com o secretário da Fazenda, com o secretário da Segurança, com o líder do governo na Casa, deputado Silvio Dreveck, e vamos estudar esta questão.

Analizamos, durante o final de semana, todos os itens da medida provisória, a nossa preocupação e a defesa dos interesses policiais, que não haja perdas, que conquistas que já foram alcançadas não venham a ser retiradas, reconhecendo o empenho do governo em prestar cada vez um serviço melhor à sociedade, e o compromisso que o policial tem que ter com a segurança pública, com o estado e com a população de Santa Catarina.

Nós sabemos que temos excelentes profissionais na Segurança Pública, Santa Catarina é uma referência, seja na Polícia Militar, seja na Polícia Civil, no IGP, no Sistema Prisional, somos referência. Temos alguns maus exemplos e isso ocorre. O ser humano pode ter falhas, pode, às vezes, até ter maldade, mas temos uma excelente Segurança Pública no estado de Santa Catarina, também graças aos seus profissionais.

O governo do estado, que fez investimentos, que deu aumento, que deu reconhecimento, quer fazer ajustes, nós vamos acompanhar e estar na defesa dos interesses do estado, mas também dos profissionais, dos bons profissionais da Segurança Pública.

Então, estaremos amanhã participando e acompanhando essa reunião para que os ajustes sejam justos para a sociedade, mas sem perda de direitos para os profissionais da Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, que neste momento preside a sessão, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital, também quero fazer uma referência muito especial ao deputado Jean Leutprecht, que hoje assume, dando mais força ao norte, Jaraguá do Sul, aumentando a sua representatividade aqui.

Quero parabenizar o deputado Cesar Valduga, que neste espírito de ver que a coletividade é que vale, ninguém chega aqui sozinho, mas sim com o voto de todos da legenda, abre este espaço para que o deputado Jean possa estar aqui. Então, seja bem-vindo a esta Casa, fico feliz por tê-lo aqui.

Queria fazer um registro também da presença do vereador Helder Velho, do município de Lauro Müller, juntamente com a sua esposa Sysse, que estão aqui nos assistindo e visitando esta Casa. Como sempre, ele tem vindo aqui para lutar pelas coisas de Lauro Müller, aquela belíssima cidade que fica ao pé da nossa mais bonita serra de Santa Catarina, a Serra do Rio Rastro, que pertence àquele município, só lá em cima é que faz a divisa. Então, quando se fala na Serra do Rio do Rastro, nos lembramos de Lauro Müller.

Então, sejam bem-vindos à esta Casa, é um prazer tê-los aqui.

Quero fazer dois registros hoje. O primeiro é sobre uma nota que saiu na coluna do jornalista Cacau Menezes, que achei muito interessante que diz assim: "É catarinense o cartório que está sendo considerado um modelo de eficiência para todo o Brasil. Esse cartório de Joinville não é sinônimo de espera e de mau atendimento, como ainda em tantos outros cartórios do Brasil, pois o tempo médio de espera no balcão é de três minutos. O cidadão chega ao cartório, retira a senha, e é atendido sempre em menos de três minutos. As certidões simples são emitidas em cinco minutos. E

os registros de imóveis que tem prazo legal de até 30 dias são concluídos no máximo em 72 horas.”

Esse 1º Cartório de Registros de Imóveis em Joinville teve dois momentos. Como em todos outros serviços de cartórios, antes do concurso público, tinham um tipo de serviço, mas quando veio o concurso público para registro de cartório, trouxe a possibilidade de um serviço muito melhor do que o que nós tínhamos. O 1º Cartório antes tinha a história dos mesmos cartórios do Brasil inteiro, ou seja, a demora, a ineficiência, o mau atendimento. E agora nós estamos vivendo uma realidade bem distinta, porque o 1º Cartório de Joinville é comandado pela dra. Bianca Farias, que instituiu até as certificações de ISOs, dando esse retorno imediato ao contribuinte ou ao cidadão. Vejam os srs. que são apenas três minutos para ser atendido. Uma certidão de imóveis, que pela lei até 30 dias, o primeiro cartório de Joinville dá em 72 horas. E mais ainda, algumas outras certidões a pessoa pode pegar até direto no site do cartório.

O cartório encomendou uma pesquisa que foi feita pelo Instituto Lupi & Associados. E pasmem, o resultado é o seguinte: 94,3% das pessoas que utilizam o serviço do 1º Cartório de Joinville estão dizendo que está ótimo e excelente. Isso quer dizer que o serviço de cartório, que tem pessoas que passaram num concurso público, é um cartório que presta um serviço de qualidade. Que é o caso em Criciúma do cartório do Carlos que tem até cafezinho expresso e bolachinha para os clientes. E você vai ver a estrutura do serviço que é dada para as pessoas que obrigatoriamente tem que pegar algum tipo de certidão.

Então, quero aqui parabenizar todos os cartórios, que como o nosso de Joinville, servem a população de forma em contento e muitas vezes acima do esperado. Estamos falando de serviço público de qualidade. Poderíamos fazer isso também na Saúde, na Segurança Pública.

Por isso, quero parabenizar essa coluna do jornalista Cacau Menezes.

A minha preocupação é que o Tribunal de Justiça está querendo abrir mais cartórios em Joinville, Criciúma e São José, mas, em Chapecó, onde o serviço realizado está sendo muito ruim e a população tem reclamado, não querem abrir.

Aqui, em São José, um cartorário desistiu e ainda assim não querem abrir o cartório. Por que será que o Tribunal está querendo abrir cartório em Criciúma, Joinville e Florianópolis, que são municípios bem servidos?

Para o cidadão ter mais um balcão para buscar serviço. Assim o camarada do Minha Casa, Minha Vida, para conseguir fazer o seu financiamento, terá uma fila a mais para enfrentar. E já vou avisar que vamos começar um trabalho aqui no sentido de que não é preciso mais cartórios em Joinville, pois os cartórios que existem lá servem com 97% de aprovação da comunidade. O Tribunal de Justiça deve abrir cartório onde não há, onde a população é mal servida.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Conheço a Bianca, responsável pelo cartório de Criciúma, filha do Américo Farias e da Ivone, irmã do Ricardo e da Beatriz, e são pessoas extremamente profissionais. Mas na cidade de Criciúma vemos uma evolução muito primordial, e gostaria de fazer uma alusão relativa a esses servidores, que fazem um serviço de estado, assim como aos despachantes.

Há despachantes que fazem um serviço de alta qualidade. Há mais de dez mil trabalhadores que estão a serviço dos despachantes e trabalham nessa linha. Precisamos identificar aquilo que vem dando certo para o serviço público e aprimorar. Não é porque a pessoa está dando conta do recado, apresentando um serviço de alta eficiência, que vamos atrapalhar o processo. Temos que efetivamente ver onde os cartórios estão com problemas. Há municípios onde não é convidativo o concurso público, que apresentam uma evasão de

dois a três profissionais, e não há uma resolutividade importante.

Então, que o Tribunal de Justiça tenha um entendimento diferenciado. Por isso quero parabenizar v.exa. e os cartorários de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, nós precisamos estar atentos para isso. Não basta apenas aumentar o número de cartórios quando o serviço está a contento. Não sei por que o Tribunal de Justiça está com tanta presa para resolver onde está dando certo e não atende Chapecó, onde o serviço está um caos. A população de Chapecó está pedindo novos cartórios lá, com serviço de qualidade, com concursados que apresentem um novo trabalho nos serviços cartorários.

Quero mais uma vez parabenizar o 1º Cartório de Joinville. E gostaria de fazer mais um registro sobre os portos de Santa Catarina.

Quero fazer um registro muito especial com relação ao porto de Itapoá. Na última semana estivemos participando, e a deputada Ana Paula esteve presente, da inauguração do setor de inspeção do porto, e demorou anos para que o Ministério da Agricultura pudesse fazê-lo. Ficou uma maravilha. O porto de Itapoá, em quatro anos de atividade, alcançou há poucos dias o número fantástico de um milhão de contêineres transportados ali, e é o número 1 do Brasil hoje.

Por isso, manifesto a minha alegria ao ver esse porto a cada dia crescer mais, valorizando a região, o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado, pelo pronunciamento vinculado aos cartórios e aos portos. Inclusive, estamos recebendo a visita do ministro e também da ministra da Agricultura. Santa Catarina está fazendo um planejamento muito bom na área de portos, para importação e exportação.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.